

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.243.319 - SP (2018/0025307-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : FLORIDA PAULISTA ACUCAR E ETANOL S/A - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : DANIEL DE AGUIAR ANICETO - SP232070
JOÃO ALFREDO STIEVANO CARLOS - SP257907
AMANDA NAOMI MIZOGUCHI - SP368051
ANA FLÁVIA BENES HIGUCHI - SP360676
AGRAVADO : MICHELI MARIA BUTARELO
ADVOGADO : FERNANDA STEFANI BUTARELO - SP134681

EMENTA

PROCESSUAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL **MANEJADO NA ÉGIDE DO NCPC**. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE. DESCUMPRIMENTO DO ACORDO HOMOLOGADO EM JUÍZO. VIOLAÇÃO DO ART. 489, § 1º, DO NCPC NÃO CONFIGURADA. PRETENSÃO RECURSAL QUE É OBSTADA PELAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Da leitura da minuta de agravo de instrumento que deu origem ao presente recurso, pode-se aferir que MICHELI MARIA BUTARELO (MICHELI) ajuizou ação de execução por quantia certa em face de devedor solvente com pedido liminar de arresto, contra FLORIDA PAULISTA AÇÚCAR E ETANOL S.A. (FLORIDA).

Foi realizado acordo entre as partes litigantes que foi homologado, porém descumprido pela ré FLORIDA.

Em razão do não cumprimento do acordo pela ré FLORIDA, foi prolatada decisão declarando rescindido o contrato de parceria agrícola e a reintegração na posse do imóvel pela autora MICHELI.

Contra essa decisão FLORIDA desafiou agravo de instrumento assim apreciado pelo Tribunal estadual:

PARCERIA AGRÍCOLA - EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE - Descumprimento do acordo homologado em Juízo - Decisão que decretou a rescisão do contrato de parceria agrícola, com a determinação de

reintegração de posse da parte exequente e liberação do arresto - Execução que deve prosseguir para o cumprimento das cláusulas do acordo judicial que expressamente previu a rescisão da avença no caso de descumprimento do acordo - Alegação de ilegitimidade de parte da agravante afastada - Determinação de análise em primeiro grau quanto ao destino da safra de cana de açúcar, que era garantia do crédito, diante do petitório conjunto das partes noticiado neste recurso - Agravo de Instrumento desprovido, revogada a liminar (e-STJ, fl. 269).

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 345/349).

FLORIDA interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da CF, onde alegou violação dos arts. 313, V, *a*, 524, 489, parágrafo 1º, do NCPC; 47 e 126 da Lei 11.101/05, pelos fundamentos assim deduzidos (1) ausência de fundamentação no acórdão recorrido; (2) deve ser suspensão da lide. Pois pendente de julgamento pedido de recuperação judicial; (ajuizado pedido de recuperação judicial, deve ser preservada a manutenção da empresa e respeitada a universalidade do concurso entre credores.

Foram ofertadas contrarrazões (e-STJ, fls. 353/366).

O Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre por (1) não se verificar a infringência dos preceitos arrolados; (2) incidir a Súmula nº 7 do STJ.

FLORIDA ingressou com agravo em recurso especial sustentando (1) ter ficado evidenciada a violação dos preceitos indicados, inclusive porque foi deferido o pedido de recuperação judicial; (2) não se aplicar a Súmula nº 7 do STJ.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ, fls. 418/427).

Parecer ministerial pelo não provimento do agravo (e-STJ, fls. 441/445).

É o relatório.

DECIDO

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão*

exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

(1) Da alegação de violação do art. 489, § 1º, do NCPC

A agravante afirma que o acórdão recorrido não apreciou nem apresentou fundamentação relativamente aos seguintes pontos (1) não se determinou a cobrança dos valores em aberto, mas sim a reintegração de posse e a rescisão contratual, o que torna a via eleita inadequada; (2) que não houve liberação da cana de açúcar arrestada liminarmente e não há demonstrativo de cálculo dos valores atualizados devidos; (3) sua ilegitimidade parcial; (4) necessidade de suspensão da lide em razão do pedido de recuperação judicial e do princípio da preservação da empresa.

No entanto, o Tribunal estadual apresentou os fundamentos das conclusões por ele assumidas, consignando que:

Sustenta a agravante que a decisão está eivada de nulidades, assim como totalmente equivocada, já que deveria prosseguir pela mesma via, ou seja, execução por quantia certa e não pela rescisão contratual e imissão na posse, como determinado pelo magistrado.

Também, alega que é parte ilegítima para responder por parte do crédito reclamando na origem, por fato superveniente, ou seja, em razão da sua sucessão pelo Grupo Bertolo, entendendo que esta a sucedeu na obrigação executada nestes autos.

Pelo que se observa dos autos, a parte exequente pretende o recebimento de valores decorrentes do contrato de parceria agrícola, tendo se valido da via executiva.

Realizado acordo e homologado em juízo, havendo descumprimento, deveria a execução prosseguir, para cumprimento do acordo.

Acontece que, pelos termos do acordo firmado entre as partes, no item V.3, ficou estabelecido que: no caso de ausência de pagamento, rescisão imediata do Contrato de Parceria Agrícola.

Já no item V.4, ficou estabelecido que: “no caso de inobservância pela executada das condições estabelecidas na cláusula IV, imediata rescisão contratual.

E no item V.7, estabeleceram as partes que: “ em caso de descumprimento do acordo, os exequentes poderão dar prosseguimento na 'Execução Judicial'”.

Isso quer significar, portanto, que está correta a decisão agravada na parte em que determinou o cumprimento do

acordo, o qual, pelo que se viu, importou mesmo em novação quanto às obrigações assumidas pelas partes reciprocamente, tanto que houve expressa pactuação no sentido de se determinar a rescisão do contrato e consequente imissão na posse do bem.

Assim, havendo estabelecido as partes que em caso de não pagamento haveria a rescisão da avença, não se pode falar em retorno da execução originariamente ajuizada, podendo-se dar prosseguimento ao feito nos próprios autos, como corolário dos princípios da economia processual e da menor onerosidade ao devedor.

De outra parte, insurge-se a agravante em face da determinação contida na decisão agravada, quanto à liberação do arresto, independentemente de termo nos autos, afirmando que a cana de açúcar é garantia do crédito e que já teria sido utilizada para pagamento da dívida exigida.

Tal circunstância deverá ser objeto de análise em primeiro grau, considerando que no petitório de fl. 109/110 dos autos originários (fl. 204/205), de 25 de abril de 2016, as partes dispuseram que a cana de açúcar arrestada judicialmente passaria a pertencer à exequente, com anuência expressa da executada.

O pedido de suspensão do feito formulado nas razões deste recurso, em decorrência da discussão que pesa sobre as obrigações estabelecidas pelo Grupo Bertolo e Flórida Paulista, também não tem razão de ser, considerando que se está executando o acordo realizado pela própria agravante, cujo crédito foi por ela confessado, tendo a decisão homologatória transitado em julgado, exsurgindo, daí, o título executivo judicial.

Demais, há de se convir que a recuperação judicial não foi deferida judicialmente (e-STJ, fls. 271/273).

Não se verifica carência de fundamentação no aresto combatido.

(2) Da alegada violação dos arts. 313, V, a, 524, do NCPC e 47 e 126 da Lei 11.101/05,

No ponto, do trecho acima transcrito e da fundamentação deduzida no apelo especial, observa-se que rever as conclusões adotadas pelo acórdão recorrido que estão firmadas nos termos do acordo judicial firmado entre as partes e nos fatos circunstanciados na lide, encontra-se obstada pelas Súmulas nºs 5 e 7 do STJ.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER PARCIALMENTE** do recurso especial e **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator